

BASE AÉREA DE PORTOVELHO

Estudo Técnico Preliminar 73/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 67293.005566/2026-06

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade do Grupo de Saúde da Base Aérea de Porto Velho quanto ao fornecimento de dietas especiais, fórmulas nutricionais, suplementos e/ou módulos nutricionais destinados a pacientes com necessidades dietoterápicas específicas, decorrentes de condições clínicas que demandem suporte nutricional diferenciado, seja em acompanhamento ambulatorial, assistência domiciliar, internação, observação clínica ou outra situação assistencial formalmente autorizada pela área de saúde.

A Base Aérea de Porto Velho exerce papel de apoio administrativo, operacional e assistencial a militares, dependentes e demais usuários vinculados à Guarnição de Aeronáutica de Porto Velho, possuindo peculiaridades logísticas próprias da região amazônica, notadamente quanto a prazo de entrega, disponibilidade de fornecedores locais, custo de transporte e necessidade de planejamento antecipado para evitar descontinuidade de insumos essenciais.

A ausência de dietas especiais adequadas pode comprometer a continuidade terapêutica de pacientes com restrições alimentares, necessidades de nutrição enteral/oral, desnutrição, recuperação pós-operatória, doenças metabólicas, disfagia, alergias, intolerâncias ou outras condições clinicamente justificadas. Tal situação pode gerar agravamento do quadro clínico, necessidade de encaminhamento a serviços externos, aumento de custos assistenciais, risco de judicialização e prejuízo à eficiência administrativa.

Portanto, a contratação visa resolver o problema da indisponibilidade regular desses insumos no âmbito do GSAU-PV, permitindo que a Administração disponha de meio formal, planejado e economicamente vantajoso para aquisição parcelada, conforme demanda real, sem formação excessiva de estoque e com observância das prescrições técnicas aplicáveis.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Adjunto da Centro Integral à Saúde do GSAU	MARINA SILVA PONTES 2o Ten QOCON

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá observar requisitos mínimos técnicos, sanitários, logísticos e administrativos, suficientes para assegurar a qualidade do produto, a regularidade sanitária, a rastreabilidade, a economicidade e a efetiva adequação às necessidades clínicas do GSAU-PV.

Os produtos deverão ser fornecidos em embalagem original, íntegra, lacrada, com identificação do fabricante, lote, prazo de validade, composição nutricional, modo de preparo, condições de armazenamento, registro, notificação ou dispensa de regularização perante a autoridade sanitária competente, quando aplicável, bem como demais informações obrigatórias de rotulagem.

Por se tratar de produtos alimentícios destinados a necessidades nutricionais específicas, a exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa — AFE da ANVISA não deverá ser inserida de forma automática para todos os licitantes, pois a própria ANVISA informa que não emite AFE para empresas da área de alimentos, devendo essas empresas possuir licenciamento ou alvará sanitário expedido pela autoridade sanitária estadual, distrital ou municipal competente. Assim, a exigência adequada, em regra, será a comprovação de regularidade sanitária local da empresa fornecedora, sem prejuízo da comprovação de regularização do produto junto à ANVISA, quando exigida pela legislação específica.

As fórmulas para nutrição enteral e demais alimentos para fins especiais são produtos voltados a pessoas com necessidades nutricionais determinadas por condição clínica, devendo seu uso ocorrer sob orientação médica ou nutricional. Por isso, as especificações deverão ser elaboradas pela área técnica do GSAU-PV, evitando indicação de marca, direcionamento indevido ou exigências excessivas que reduzam a competitividade.

O prazo de validade dos produtos, na data de entrega, deverá corresponder, preferencialmente, a no mínimo 75% do prazo total indicado pelo fabricante, salvo justificativa técnica aceita pela Administração. Caso o produto seja entregue com prazo inferior, a contratada deverá apresentar compromisso formal de substituição antes do vencimento, desde que preservada a utilidade clínica e a segurança do consumo.

A entrega deverá ocorrer na Base Aérea de Porto Velho, no endereço Av. Lauro Sodré s/n, Belmont, em dias úteis, no horário definido pelo GSAU-PV, acompanhada da nota fiscal e dos documentos técnicos necessários à conferência. O prazo máximo de entrega é de até 10 dias corridos, contado do recebimento da nota de empenho ou ordem de fornecimento, admitindo-se prazo diferenciado para itens de baixa disponibilidade ou aquisição sob encomenda, desde que previsto no Termo de Referência e tecnicamente justificado.

A contratada deverá substituir, às suas expensas, produtos avariados, vencidos, divergentes da especificação, com embalagem violada, sem documentação de regularidade ou em desconformidade com a prescrição técnica, no prazo de até 10 dias úteis, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, previstas na Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, as licitantes deverão observar os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010 da SLTI/MPOG;

Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNTNBR 15448-1 e 15448-2;

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido natureza do objeto e do modo como pretende-se realizar a contratação

5. Levantamento de Mercado

Foram consideradas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade:

A primeira alternativa seria a execução direta, com produção, manipulação ou aquisição informal dos insumos pela própria Administração. Tal alternativa é inviável, pois a BAPV não possui estrutura industrial ou sanitária para fabricação de fórmulas especiais, além de não ser juridicamente adequada a aquisição sem procedimento formal de contratação.

A segunda alternativa seria a realização de compras pontuais, por dispensa de licitação, conforme surgimento de cada demanda. Embora possível em hipóteses legalmente autorizadas, essa alternativa tende a ser menos eficiente para uma necessidade recorrente ou potencialmente recorrente, pois aumenta a fragmentação de despesas, reduz o ganho de escala, dificulta o planejamento orçamentário e pode elevar os custos unitários.

A terceira alternativa seria a adesão a ata de registro de preços de outro órgão. Essa hipótese pode ser considerada em situações específicas, desde que demonstrada a vantagem econômica, a compatibilidade técnica dos itens, a adequação das condições de entrega em Porto Velho e a ausência de prejuízo à Administração. Contudo, não deve ser adotada como solução preferencial sem avaliação concreta de vantajosidade.

A quarta alternativa seria a realização de pregão eletrônico tradicional para aquisição integral dos quantitativos. Embora juridicamente possível, essa solução pode gerar risco de estoque excessivo, perda de validade e dificuldade de adequação às prescrições clínicas, pois a demanda por dietas especiais pode variar conforme o perfil dos pacientes assistidos.

A quinta alternativa, considerada mais adequada, é a realização de pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, com adjudicação por item e fornecimento parcelado conforme necessidade. Essa solução favorece a competitividade, permite aquisições proporcionais à demanda real, reduz risco de vencimento de produtos, melhora a gestão de estoque e confere maior flexibilidade à Administração. O Sistema de Registro de Preços é regulamentado para contratações futuras e possibilita vigência da ata por 1 ano, prorrogável por igual período quando comprovada a vantajosidade.

6. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida é a realização de pregão eletrônico, preferencialmente pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento de menor preço por item, para aquisição parcelada de dietas especiais, fórmulas nutricionais, suplementos e/ou módulos nutricionais, conforme demanda do GSAU-PV.

A escolha é tecnicamente adequada porque permite compatibilizar a contratação com a variação de prescrições clínicas, evita a aquisição integral e imediata de produtos sujeitos a vencimento, reduz o risco de perda de material, possibilita atendimento mais célere às demandas assistenciais e favorece a economicidade pela competição entre fornecedores.

A contratação deverá prever fornecimento mediante nota de empenho ou ordem de fornecimento, em quantidades fracionadas, conforme necessidade real, sem obrigação de aquisição da totalidade registrada, observadas as regras da ata de registro de preços e a disponibilidade orçamentária.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidades foi baseada em dados concretos do GSAU-PV, levando em consideração a necessidade do paciente atendido pelo Grupo, conforme determinação judicial nº 0010418-89.2016.4.01.4100. Assim, o Grupo de Saúde, por intermédio da Seção de Nutrição estima a quantidade anual necessária para atendimento deste único paciente.

A memória de cálculo é a seguinte:

Quantidade anual estimada por item = consumo médio trimestral estimado x 4 meses + margem técnica de segurança.

Nesse fito, a Nutrição do GSAU-PV estima necessário o quantitativo de 372 fórmulas para atendimento semestral, resultando numa quantidade de 1.116 fórmulas an

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 32.341,60

O valor estimado total para aquisição dos objetos é de R\$ 32.341,60 (trinta e dois mil trezentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), levando em consideração a estimativa de quantidade, e os objetos da contratação, com valores levantados por intermédio de pesquisa de preço.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Para promover um maior aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e incentivar uma competição saudável, a licitação será dividida em itens. Essa abordagem segue o disposto no § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que:

“Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

A divisão em itens permitirá uma análise mais precisa das necessidades e características de cada um deles, proporcionando uma melhor adequação às condições econômicas. Além disso, a divisão em parcelas facilita a participação de um maior número de fornecedores, promovendo uma concorrência saudável e fomentando a obtenção de melhores propostas.

Dessa forma, a divisão da licitação em itens visa aperfeiçoar a utilização dos recursos disponíveis no mercado, além de promover uma maior competitividade entre os fornecedores, resultando em benefícios tanto para o órgão licitante quanto para a eficiência do processo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações interdependentes cuja inexistência impeça a aquisição das dietas especiais.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação não consta originalmente do Plano de Contratações Anual — PCA da Base Aérea de Porto Velho, tendo em vista tratar-se de demanda superveniente, decorrente de determinação judicial proferida nos autos nº **0010418-89.2016.4.01.4100**, cujo cumprimento impõe à Administração a adoção das providências necessárias para aquisição de dieta especial destinada ao atendimento da obrigação determinada judicialmente.

A ausência de previsão inicial no PCA justifica-se, portanto, pela natureza imprevisível e obrigatória da demanda, que não decorre de planejamento ordinário da Unidade, mas de comando judicial específico, posterior ou não contemplado quando da elaboração do planejamento anual de contratações. Dessa forma, a contratação revela-se necessária para assegurar o cumprimento da decisão judicial, evitar eventual responsabilização da Administração e garantir a continuidade do atendimento assistencial ao beneficiário indicado.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretende assegurar a continuidade do suporte nutricional ao usuário assistido pelo GSAU-PV, reduzir riscos de interrupção terapêutica, evitar aquisições emergenciais e fragmentadas, promover maior previsibilidade orçamentária e melhorar o aproveitamento dos recursos públicos.

Também se busca reduzir perdas por vencimento, mediante fornecimento parcelado; ampliar a competitividade, por adjudicação por item; garantir regularidade sanitária dos produtos; melhorar a rastreabilidade dos insumos; e conferir maior segurança à equipe de saúde na assistência de pacientes com necessidades dietoterápicas específicas.

Sob a perspectiva administrativa, a contratação contribui para eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público de saúde prestado no âmbito da BAPV.

13. Providências a serem Adotadas

Para a realização da aquisição será necessário que o presente instrumento licitatório continue seu trâmite, até vencer as etapas preparatórias, internas, posteriormente, prossiga para a fase externa, encontrando os licitantes interessados em participar do certame, até que se efetive o registro de preços para o vencedor desta Licitação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação deverá observar, no que couber, as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, que orienta a inserção de critérios de sustentabilidade de forma proporcional ao objeto, sem imposição de exigências desnecessárias ou restritivas.

Deverão ser priorizadas, quando tecnicamente viável e sem prejuízo à segurança sanitária, embalagens recicláveis, menor volume de acondicionamento, redução de embalagens secundárias desnecessárias, entregas planejadas e fracionadas de modo a evitar perdas por vencimento, bem como correta destinação de embalagens e produtos impróprios ao consumo.

Para dietas especiais e fórmulas nutricionais, a sustentabilidade deve ser compatibilizada com a segurança do paciente. Assim, não se deve sacrificar integridade da embalagem, rastreabilidade, validade, conservação ou regularidade sanitária em nome de critério ambiental genérico.

Os resíduos comuns decorrentes de embalagens deverão ser destinados conforme rotina de coleta seletiva da BAPV, quando existente. Produtos vencidos, avariados ou impróprios deverão ser segregados e destinados conforme orientação sanitária aplicável. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis distingue a aquisição de insumos de saúde da contratação de serviços de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, mas ressalta a necessidade de observância das normas sanitárias e ambientais quando houver geração de resíduos dessa natureza.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução mostra-se viável tecnicamente e necessária. A aquisição de dieta especial pode ser contratada por Pregão, na modalidade registro de preços, de acordo com o art. 6º, inciso XLV da Lei 14.133/21, sendo que a contratação será feita em itens unitários

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARINA SILVA PONTES

Agente de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP_120641-000073-2026
Data/Hora de Criação:	08/06/2026 13:50:00
Páginas do Documento:	5
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	6
Hash MD5:	a3f8e88c8785bbe76099aae474d9da48
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten MARINA SILVA PONTES no dia 08/06/2026 às 10:05:35 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap KIM JUAN MORENO TAKEHARA no dia 10/06/2026 às 10:14:40 no horário oficial de Brasília.